



Observações sobre a questão ambiental na perspectiva da psicologia ecológica

Observations on the environmental issue from the perspective of ecological psychology

Gustavo Silvano Batista¹
gustavosilvano@ufpi.edu.br

Gabriel de Almeida de Barros²
gabrieldealmeida@poli.ufrj.br

Resumo: O presente artigo pretende discutir a questão ambiental do ponto de vista da psicologia ecológica. Nesta visão, analisar a crise ambiental significa questionar os níveis de relação entre os seres humanos e o ambiente, considerando especialmente a relação com os demais organismos vivos e animais não humanos. Assim, a psicologia ecológica sugere um caminho de reconsideração da relação homem e meio ambiente, possibilitando uma visão alternativa da relação com o ambiente do qual faz parte, distanciando-se do entendimento segundo o qual o ambiente apresenta-se como recurso disponível a ser explorado até seu esgotamento.

Palavras-chave: Crise Ambiental; Percepção; Ecologia; Fenomenologia

Abstract: This article aims to discuss the environmental issue from the point of view of ecological psychology. In this way, to analyze the environmental crisis means questioning the levels of relationship between humans and the environment, especially considering the relationship with other living organisms and non-human animals. Thus, the ecological psychology suggests a way of reconsideration the relationship between human being and environment, enabling an alternative view of the relationship with environment of which is participant, distancing from the understanding that the environment is an available resource to be explored until its exhaustion.

Keywords: Environmental Crisis; Perception; Ecology; Phenomenology

1 Professor Associado - DE do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPI e do Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO – Núcleo UFT.

2 Mestre em Filosofia pela UFPI.

Introdução

As demandas humanas na esfera ambiental, especialmente no que diz respeito à natureza e seus recursos, evidenciam uma percepção comum segundo a qual o meio ambiente é considerado como sendo algo essencialmente disponível em seus recursos e, por essa razão, a ser explorado continuamente, tendo em vista um modelo de vida contemporâneo fundamentalmente marcada pelo consumo e acumulação, na qual a natureza é um elemento basicamente instrumental. Essa forma de vida tem sido cada vez mais vinculada ao progressivo e acentuado estado de desequilíbrio do meio ambiente, conforme foi documentado nas recentes convenções de clima e relatórios da ONU, indicando a necessidade de repensar a relação do homem com o ambiente, recuperando sua condição de participação no ambiente.

Nesta perspectiva, eventos como mudanças climáticas, poluição das águas, esgotamento de recursos, chuva ácida, superpopulação da terra, extinção de espécies, entre outros, não podem ser considerados independentemente da ação e participação humana. Ao contrário: a progressiva intervenção humana na vida de outras espécies tem acelerado, em grande medida, o desaparecimento da biodiversidade do planeta, comparando-se com um cenário sem a intervenção humana. Como exemplo, poderíamos lembrar dos grandes felinos que, naturalmente, não teriam predadores e que, por conseguinte, são os que correm mais risco. É o caso dos tigres asiáticos que, há um século, existiam em uma quantidade de aproximadamente 100 mil e atualmente sua população está em torno de 4 mil (ONU BRASIL, 2018).

A degradação ambiental oriunda de ações antrópicas, tanto diretas como indiretas, manifesta-se não apenas como uma ameaça para as espécies que coabitam na terra, mas especialmente para o próprio homem. Algumas situações de destruição, em escala local, podem ser rapidamente sentidas e tem menores impactos; muitas vezes as ações destrutivas ocasionam resultados em escala global, atingindo milhões de pessoas ou mesmo toda a população do planeta, como é o caso das mudanças climáticas, à medida que impactam animais humanos e não-humanos, flora e, conseqüentemente, todo o ambiente no qual estes serem habitam e dele dependem.

Diante deste cenário, o presente artigo pretende refletir acerca da relação entre homem e meio ambiente, considerando as contribuições da psicologia ecológica, teoria filosófica surgida nos debates de filosofia da mente que, entre outros objetivos, pretende oferecer um caminho de reconexão básica entre homem e ambiente. Esta perspectiva indica alguns elementos filosóficos que cooperam com uma outra perspectiva da relação, indicando assim elementos fundamentais a serem considerados na relação entre homem e ambiente que, além de reposicionarem a relação, possibilitam ao próprio homem ressignificar seu papel no horizonte das atuais transformações ambientais.

As mudanças do ambiente

Por que o ser humano vem intervindo no planeta de forma tão agressiva, a ponto de causar distorções e deformações nos ciclos naturais da vida? Ao decorrer da história da relação com a natureza tem-se intensificado, especialmente a partir da revolução industrial, uma visão segundo a qual o ambiente natural é essencialmente recursos disponíveis a serem explorados para o bem-viver humano. Por isso, as mudanças da relação com a natureza foram adaptadas a partir do registro do seu uso, intensificando a necessidade de sobrevivência à adaptação do ambiente, outrora inóspito e cheio de perigos, o que poderia ser pensado a partir da relação humana com os fenômenos naturais e predadores que, graças ao seu tamanho, força e agilidade, transformavam diversas gerações humanas em presas fáceis.

Graças às limitadas capacidades do corpo humano, especialmente em relação aos outros animais, ao contrário de crenças populares, o homem ocupa uma posição inferior na cadeia alimentar. Ocupa o seu topo animais de grande porte, que se alimentam estritamente de outros animais, mas ao mesmo tempo, não possuem predadores. A vantagem de possuir um cérebro mais desenvolvido permitiu ao ser humano a elaboração de ferramentas e tecnologias, possibilitando a manipulação do seu entorno para sua manutenção e proteção, reduzindo, assim, radicalmente sua vulnerabilidade frente às outras espécies que ocupam níveis tróficos superiores. A modificação do ambiente permitiu que os humanos se estabelecessem de uma forma única. Modificações tais, como o estabelecimento da agricultura de subsistência, possibilitaram ao homem a mudança de seus hábitos, abandonando o nomadismo e criando condições elementares favoráveis ao aumento da sua população. Aos poucos, a manipulação dos ambientes tinha como principal finalidade a conservação e continuidade da vida em comunidade, cunhando uma visão de domínio do próprio ambiente circundante, destacando-o na paisagem ao redor. Nas palavras de James Gibson (1979, p. 122), “ao longo dos milênios, ele [o homem] tornou o ambiente mais fácil para conseguir comida, manter-se aquecido, ver à noite, locomover-se e treinar seus filhos”.

Contudo, ao passo que o homem modificava e, ao mesmo tempo, transformava o ambiente para melhor se servir dele, os impactos de tais modificações no próprio ambiente e também em outras espécies não eram igualmente considerados. Sendo assim, “ao tornar a vida mais fácil para ele, obviamente tornou a vida mais difícil para a maioria dos outros animais” (GIBSON, 1979, p. 122).

De modo geral, o ambiente antropicamente modificado é, de modo usual e, em grande medida, considerado erroneamente como artificial, em oposição ao ambiente natural ainda inexplorado. Todavia, ressalta-se que o ambiente, enquanto objeto de estudo, continua sendo o mesmo, independente das modificações que aconteceram por fatores naturais ou pela ação humana. Gibson considera equivocada tal diferenciação pois, além de sugerir a crença na existência de dois ambientes distintos, “artefatos tiveram de ser produzidos a partir de substâncias naturais.

Também é um erro desassociar o ambiente cultural do ambiente natural, como se houvesse um mundo de produtos mentais distinto do mundo de produtos materiais” (GIBSON, 1979, p.122). Assim como as modificações realizadas por outra espécie qualquer, as alterações por atividade humana também são naturais, pois o ser humano é igualmente parte do ambiente. Deste modo, mesmo atividades de grande impacto como, por exemplo, desmatamentos, poluição, ou ainda a queima de combustíveis fósseis, podem ser consideradas naturais, devido não somente aos impactos ambientais, mas à cooperação com a vida humana na terra.

Ao recusar uma visão segundo a qual a ação humana é também natural, ocorre necessariamente uma ruptura do ser humano com o ecossistema ao qual deveria estar basicamente integrado, fomentando assim um antropocentrismo radical, característico de alguns desdobramentos da tradição ética ocidental. Segundo White (1967), desde a Grécia antiga até a modernidade, passando pelo medievo, filósofos de diversas orientações sustentaram a ideia segundo a qual o homem contaria com um status superior aos animais não-humanos, plantas e outros elementos do ambiente. “Nesta visão tradicional, os seres humanos são intrinsecamente valiosos e, por conseguinte, membros de uma ‘comunidade moral’: animais não-humanos, plantas e outros entes naturais são valiosas apenas como meios disponíveis aos fins humanos. A forma como lidamos com as entidades não-humanas não pode ser julgada como moral ou imoral, mas como mais ou menos conveniente para nós” (OLIVEIRA, 2018, p. 1016).

Inevitavelmente se evidencia aqui um problema fundamental para a ética ambiental: tal reflexão ética, concebida pelo próprio homem, não considera igualmente os seres humanos em relação aos demais seres, incluindo em esferas diferentes as demais espécies e gerando uma imagem tão distorcida que faz o próprio homem acreditar ser o maior predador da natureza e, além disso, o juiz de suas relações em um ecossistema do modo como melhor lhe convém, ou seja, de forma utilitária.

Para amenizar as consequências antropocêntricas de uma ética ambiental, Oliveira (2018) cita a tentativa de Leopold (1949) de estabelecer um quadro ético no qual o valor moral é holístico, e não individual, e deve ser encontrado em comunidades bióticas inteiras. Para Leopold (1949), “pensar como uma montanha” em vez de pensar como organismos individuais lutando pela sobrevivência, nos permite entender que “uma coisa está certa quando tende a preservar a integridade, estabilidade e a beleza da comunidade biótica. Está errada quando tende para o sentido contrário” (OLIVEIRA, 2018, p.1016).

Holisticamente, é um erro pensar que poluir um rio é incorreto apenas quando afeta o ser humano, mas, ao contrário, “poluir um rio é errado na medida em que prejudica toda a comunidade biótica, independentemente das consequências que possa ter para outras pessoas” (OLIVEIRA, 2018, p. 1016). Tal reflexão indica um

horizonte alargado para a questão ambiental, sem perder de vista as comunidades de animais humanos e não humanos, assim como os demais seres que fazem parte da vida natural.

Percepção ambiental

Para Gibson, animal e ambiente são termos que se implicam mutuamente, formando um par indissociável. Deste modo, a abordagem da psicologia ecológica compreende todos os seres como participantes de seus próprios ecossistemas, “situando o conhecimento justamente na relação mútua que há entre organismo e ambiente” (GARCIA, 2016, p. 165). Há, por parte de Gibson, a afirmação de uma reciprocidade constitutiva entre organismo e ambiente. “Nenhum animal pode existir sem um ambiente circundando-o. Igualmente, porém não tão óbvio, um ambiente implica um animal (ou ao menos um organismo) a ser circundado” (GIBSON, 1979, p. 4).

Desta forma, a superfície terrestre, há milhões de anos antes da vida se desenvolver, não poderia ser considerada como um ambiente, mas como “uma realidade física, uma parte do universo e um assunto [de estudo] da geologia” (GIBSON, 1979, p. 4). O planeta Terra poderia ser chamado até então de mundo, mas não passaria de um mero ambiente no âmbito de possibilidades. Quando há, por parte dos seres vivos, percepção do espaço no qual se situa e, ao mesmo tempo, está essencialmente ligado, acontece a percepção do ambiente. Deste modo, Gibson define ambiente como “o entorno dos organismos que percebem e se comportam” (GIBSON, 1979, p. 3).

Vegetação e organismos vivos que não possuem órgãos e músculos são por ele desconsiderados, por não possuírem comportamento, sistema nervoso e sensações e, conseqüentemente, não serem dotados de percepção. Tais seres bióticos, assim como seres abióticos, apesar de não serem determinantes para a constituição do ambiente, estão aí também presentes. No entanto, o meio ambiente é delimitado e determinado como o entorno dos animais humanos e não-humanos. Dito de outra forma, o ambiente constitui-se os diversos entornos simultâneos dos animais capazes de percebê-lo, delimitá-lo e modificá-lo.

A capacidade própria dos animais de perceberem o mundo, ou a percepção, do ponto de vista da neurofisiologia e psicologia, consiste geralmente na “computação de objetos do ambiente pelo sistema nervoso, a partir da captação de informações, pelos órgãos sensoriais do organismo, em sua interação com o meio” (MATURANA, 2002, p. 68). O problema que se encontra nesse tipo de definição é justamente o fato de que os animais, assim como os ambientes, são sistemas dinâmicos. Ou seja, as estruturas que os definem determinam a cada instante o que acontece neles próprios.

Conforme relata Maturana (2002), Roger Sperry realizou em 1943 um experimento de rotação de olhos em anfíbios e percebeu que, após terem tido

seus olhos rotacionados em 180 graus, quando uma presa era colocada em seu campo visual anterior, o animal girava e lançava a língua como se a presa tivesse sido inserida em seu campo visual posterior. Esse experimento pôde demonstrar como a estrutura do observador influencia na percepção de seu próprio ambiente e, conseqüentemente, tal percepção se funda nas interações do observador com o ambiente que o cerca, em consonância com sua configuração natural.

A psicologia ecológica e suas questões

Ao tratar da percepção a partir de uma perspectiva ambiental, o projeto do psicólogo James J. Gibson, desenvolvido entre os anos 1966 e 1979, apoia-se neste primeiro momento basicamente na fenomenologia. Mesmo reconhecendo em Edmund Husserl as contribuições mais importantes da área, Gibson buscou em William James (1842-1910) seu embasamento. Segundo Castro (2016, p. 7), James defendia que “a fonte do fluxo de pensamento é a atividade do corpo e, por conseguinte, a experiência vivida é a experiência da atividade”.

Como afirma Glotzbach e Heft (1982), além de James, Gibson teria buscado fundamentos também no pensamento de Maurice Merleau-Ponty, que contribuía na “descrição fenomenológica para a fundamentação empírica de um self corporal na teoria da abordagem ecológica” (CASTRO, 2016, p. 7). Tal contato influenciou significativamente a “forma de condução descritiva do estudo da percepção direta através da experiência do corpo com estruturas invariáveis de ambientes naturais” (CASTRO, 2016, p. 7).

Para Gibson, até então existiam poucas teorias que pudessem fundamentar as investigações sobre as atividades exploratórias do corpo e como este determinava a percepção ativa. Na sua perspectiva, o corpo constituía uma estrutura invariável na experiência exploratória e também uma referência espacial que poderia recalibrar e corrigir uma ação, assim como um míssil que, quando ameaça sair de sua rota, é acionado um método interativo de correção que o permite recalcular o caminho a ser seguido. Como nos recorda Castro (2016, p. 7), “a teoria de Gibson é de que propriedades funcionais do ambiente são percebidas dinamicamente pelo sujeito em relação ao seu corpo, ao invés de representações métricas invariáveis e persistente”.

A noção ‘psicologia ecológica’ foi pensada a partir de uma teoria que defende fortemente a percepção e o realismo diretos em oposição ao realismo indireto cognitivista. Na verdade, a psicologia ecológica aparece como uma teoria alternativa ao behaviorismo e cognitivismo. Do ponto de vista do behaviorismo, a função da psicologia como ciência se limita a respostas observáveis e mensuráveis que determinam o tipo de estímulo que a ele foi associado. Isso significa ignorar na teoria e na prática o que ocorre entre o estímulo e a resposta, como se estes processos não tivessem a devida importância ou, como para os behavioristas radicais, como se não existissem. Por sua vez, a partir de uma perspectiva cognitivista, o papel da

psicologia seria investigar o processo de cognitivismo interno que ocorre entre o dado de entrada (*input*) e a resposta de saída (*output*).

Segundo Oliveira (2016), Gibson rejeitou a fundamentação dada tanto pelos behavioristas quanto cognitivistas e buscou acrescentar uma perspectiva ecológica à psicologia. Para Gibson, pelo fato da percepção visual se dar a partir de uma atividade exploratória, estas formavam um par inseparável: “percepção é uma ação e está para ação, isto é, nós percebemos agindo ou para agir; e nenhuma ação nunca é separada da percepção”(OLIVEIRA, 2018, p. 21). Existe, assim, uma intrínseca relação de reciprocidade entre organismo e ambiente que não pode ser ignorada, mas, ao contrário, deve ser objeto de investigação. Neste ponto, existe uma concordância entre a psicologia ecológica de Gibson e a teoria do enativismo sensório-motor de Alva Noë, que entende a percepção como constituída pelas ações no ambiente, “especificamente as ações que manifestam entendimento prático do exercício de habilidades sensório-motoras” (ROLLA, 2018, p. 76).

Conforme é defendido por Oliveira (2018, p. 1018) o traço ambiental da psicologia ecológica gibsoniana se justifica através dos sentidos teórico, ontológico e metodológico do espaço comum e interativo entre os animais humanos e não humanos, assim como os demais seres vivos. Primeiramente, os sentidos teórico e ontológico se dão na relação de reciprocidade mútua, conforme mencionada acima. Enquanto a perspectiva teórica ocorre na relação bidirecional entre organismo e ambiente, onde o fluxo da informação vai tanto no sentido ‘do organismo ao ambiente’ quanto o contrário; pela perspectiva ontológica, esta ocorre na troca entre percepção e ação. O sentido metodológico, por sua vez, ocupa-se das condições ambientais de um dado experimento, as quais devem ser reais.

Assume-se aqui que experimentos científicos de qualquer espécie são realizados em contextos artificiais, ou seja, são “situações criadas pelo homem, adaptados para algum interesse e cuidadosamente projetadas para controlar as variáveis confusas e influências indesejáveis” (OLIVEIRA, 2018, p. 1018). Para Gibson (1979) experimentos perceptuais, ao invés de impor estímulos óticos, devem disponibilizar informações óticas. Surge então a necessidade de criar condições ambientais realistas. Por isso, “não é verdade que ‘o laboratório nunca possa ser igual à vida’. O laboratório deve ser igual à vida!” (GIBSON, 1979, p. xv).

Metodologicamente, Gibson (1950) identificou os fenômenos que consolidam seu conceito de psicologia ecológica como sendo dados através da seguinte ordem: 1. A percepção do layout ambiental, inseparável do problema do ego e da locomoção; 2. A percepção dos objetos do meio ambiente, incluindo sua textura, cor, forma e suas possibilidades; 3. A percepção dos eventos e suas possibilidades; 4. A percepção dos outros animais e pessoas, com aquilo que persistentemente dispõem e fazem momentaneamente; 5. A percepção das respostas expressivas de outras pessoas; 6. A percepção por comunicação ou fala; 7. O conhecimento mediado por aparelhos

artificiais, imagens, fotografias e escrita; 8. O pensamento enquanto mediado por símbolos; 9. A atenção às sensações; 10. A atenção à estrutura da experiência estética; e 11. Cultivar mapas cognitivos viajando e apreciando a paisagem. (REED & JONES, 1988, p. 394).

Conforme dito anteriormente, a percepção ambiental se fundamenta sobre alguma atividade de reconhecimento e coleta de informações, o que para Gibson caracteriza seu dinamismo. Conhecendo a percepção visual como algo que se dá a partir de um ponto de convergência de ondas luminosas, o que se define como um arranjo ótico, entende-se por manipulação de arranjo ótico as mudanças da perspectiva a partir de um movimento realizado. Em outras palavras, quando o organismo se encontra em uma determinada posição, que o permite visualizar determinados pontos de foco, também possibilita novos pontos de foco, conforme o movimento em sua atividade exploratória, conforme está ilustrado na figura 1.

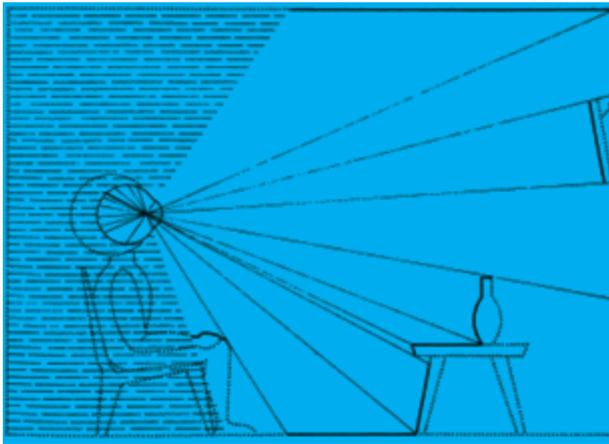


Figura 1: Projeção ótica de uma sala (Gibson, 1950, p. 47)

Tendo em vista essa ilustração que parte de uma perspectiva externa ao observador, a figura 2 explicita o modo como ocorre o reconhecimento de um objeto a partir da perspectiva interna do observador em movimento.

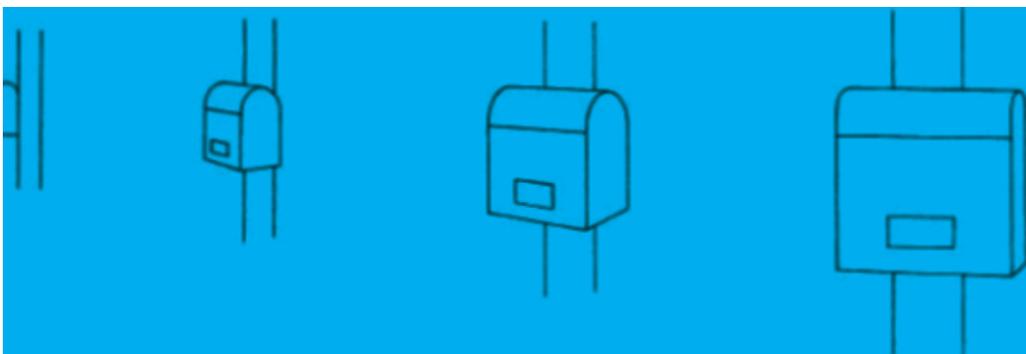


Figura 2: Mudança de estrutura de perspectiva de uma caixa de correio durante a aproximação de um observador (GIBSON, 1979, p. 131)

Admitindo a importância da percepção a partir do ponto de vista do observador, Gibson identificou o conceito de *optical flow* (fluxo óptico), que acrescenta à percepção visual que ela uma co-consciência envolvida entre ambiente e observador. O conceito de *optical flow* (fluxo óptico) seria, a partir da ação de diferentes músculos, o sistema de movimentos deles resultantes. Porém, conforme diz Castro (2016, p. 8), “a classificação de diferentes sistemas de movimento não é baseada primariamente na anatomia dos membros do corpo, mas em finalidades (*purposes*)”.

Assim, ao considerar o sistema de movimentos, Gibson deixa claro que, tanto o self em movimento quanto o ambiente estático são aspectos recíprocos de uma mesma percepção. Desta forma, evitam-se afirmações falsas como a de um self afirmando que, enquanto se locomove, existe um fluxo de mundo diminuindo à sua frente e um fluxo de mundo aumentando atrás de si. Conforme afirma Gibson, “o arranjo ótico do ambiente quase nunca é percebido como movimento; é simplesmente experimentado como *kinesthesia* (cinestesia), isto é, *egolocomotion*” (locomção do ego) (GIBSON, 1979, p. 115). *Egolocomotion*, para Gibson, é a afirmação de que não haveria diferença entre extra-percepção e interno-percepção, ou seja, a divisão entre percepção externa e interna.

Junto aos conceitos de *optical flow* e *egolocomotion*, Heft (2005) identificou mais outros dois conceitos que aproximam Gibson da fenomenologia: *occluding edges* (bordas oclusivas) e *affordances* (possibilidades). Por *occluding edges*, entende-se a interação entre superfícies de texturas diferentes a qual, o self (eu), em movimento, possibilita uma relação de ocultação e desvelamento de uma superfície com a outra. Em uma relação similar, Heidegger afirma que é justamente a partir do velamento e desvelamento que ocorre para com um determinado âmbito que a verdade (*Aletheia*) encontra sua esfera de manifestação. No contexto específico da percepção, Gibson defende que os estímulos ocorrem “[...] por contato direto do organismo com o contexto de relação de ocultação entre objetos e é função das informações geradas pelo movimento do corpo no contexto e pelo jogo de sombras na relação de dois objetos. Não há mediação, o que vale é a experiência imediata e adaptada daquele que percebe no contexto de observação” (CASTRO, 2016, p. 8).

Em relação à noção de *affordances*, é caracterizada pela propriedade disposicional de um objeto relativa a um organismo com morfologia corporal, ou, em outras palavras, trata-se das possibilidades de uma ação disponível no ambiente, independente da capacidade do indivíduo perceber tais possibilidades. Este conceito é holístico e não muda conforme as diferentes necessidades do observador. “O observador pode ou não perceber ou cuidar das *affordances*, de acordo com suas necessidades, mas as *affordances*, sendo invariantes, estão sempre passíveis de serem percebidas” (GIBSON, 1979, p. 130). O que percebemos em um ambiente é sua *affordance*, e não suas propriedades e dimensões.

A partir destas informações, que especificam tipos de ações no ambiente, é nos possibilitado definir como lidaremos com o ambiente. Conforme exemplifica Rolla (2018, p. 137-138), “nós percebemos livros como legíveis (por exemplo), enquanto ratos percebem livros como escaláveis, devido às diferentes habilidades envolvidas nos diferentes processos cognitivos de cada espécie, mas os livros eles mesmos existem independentemente da nossa ação”.

Ao descrevermos um objeto, como o livro citado acima, provavelmente nos prenderíamos a características físicas tais como: textura, cor ou mesmo medidas de um referencial específico. Contudo, tal descrição fica comprometida com a capacidade física de cada agente e suas especificidades perceptivas, tais como locomoção e manipulação de objetos de cada espécie animal. A relação que cada indivíduo cria com as estruturas físicas existentes no ambiente é única. Gibson complementa esta definição dizendo o seguinte:

As affordances do meio ambiente são o que ele oferece ao animal, (...) seja para o bem ou para o mal. O verbo afford [dispor, proporcionar] é encontrado no dicionário, mas o substantivo affordance não é. Eu o criei. Eu quero dizer através dele algo que se refere tanto ao meio ambiente quanto ao animal no sentido que nenhum termo existente é capaz (GIBSON, 1979, p.119).

Cabe ressaltar que tais possibilidades existirão nos moldes de faculdades, ou seja, mesmo que o indivíduo faça uso delas ou não, quanto mais conhecimento tiver, maior sua capacidade de perceber tais possibilidades, levando a exploração das *affordances* a diversos níveis, do ambiente aos objetos presentes no ambiente, assim como as parcelas dos objetos ali presentes.

Considerações finais

A modificação realizada pelo ser humano na terra tem sido objeto evidente de discussão há algumas décadas. No intuito de explorar matérias-primas como recursos, fundamentais para a produção de bens de consumo, o homem transformou florestas e campos, alterou montanhas, mudou cursos de rios, alterou paisagens e converteu substâncias natureza em produtos a serem consumidos.

Mesmo a atmosfera e os oceanos foram bastante alterados, transmutando suas composições, tornando-os muito diferentes daqueles que eram antes da ação antrópica. Toda essa modificação realizada pelo homem, que teve como um dos primeiros objetivos a garantia da sua sobrevivência na terra, e, por conseguinte, a manutenção da vida estável em comunidade, requisitou uma adequação do ambiente à vida humana, e não mais o contrário. Para tal situação, foi necessário moldar o ambiente ao horizonte das experiências humanas.

Conforme discutido na noção de *affordance*, essas novas experiências puderam ser vividas a partir do momento que o ambiente concedesse novas possibilidades ao homem. Assim, por exemplo, um rio deixa de ser simplesmente um rio e passa

a conhecido como um objeto recursal pelo qual existe diversas possibilidades, tais como, navegação, geração de energia hidrelétrica, fonte de sustento ou ainda uma paisagem a ser contemplada. Ou seja, o rio é visto como algo destacado em sua natureza e, por isso, a ser consumido pelo homem. Pensar a mutualidade entre rio e homem significa, baseados no pensamento de Gibson, dar um passo a frente: reconsiderar a intrínseca relação, fundamentalmente constitutiva, entre homem e rio, tendo em vista o ambiente que os constituem.

Entretanto, tais situações mostram uma experiência na qual somente os humanos são contemplados. Há um esquecimento acerca dos outros seres vivos que habitam a terra. Por isso, as modificações que têm como principais beneficiados os animais humanos nem sempre são interessantes para as demais espécies que coabitam o mesmo ambiente. Tal possibilidade assumida pelos seres humanos em grande medida vai na contramão da vida mais ampla na qual o próprio homem está inserido. Conforme diz Gibson (1979, p. 122), “fizemos isso de modo tão degradante e impensado que, se não consertarmos nosso caminho, será fatal”.

Os elementos próprios da percepção ecológica poderão ajudar a repensar o próprio cenário no qual estamos atualmente inseridos. Para pensarmos em ações contundentes para uma nova relação com o nosso ambiente, seja ética ou política, podemos repensar o próprio modo como percebemos nosso ambiente, através do nosso principal objeto de estudo, ou seja, o planeta terra enquanto ambiente comum e mutuo com diversos seres vivos e animais, principal possibilidade de vida para diversos seres vivos, especialmente os animais humanos que tanto a modificam à medida que buscam destacar-se dele.

Por fim, a percepção ambiental não pode deixar de considerar que, à medida que são criadas ferramentas que permitem manipular e modificar definitivamente o ambiente, especialmente quando não há possibilidade de reverter o dano, há um movimento epistemológico de destaque dos ecossistemas circundantes, sedimentando uma crença segundo a qual existe dois mundos, natural e artificial. Como os seres humanos não pertenceriam mais ao mundo natural, há a possibilidade de constituir um mundo artificial, com pretensões de aperfeiçoar o natural, tendo em vista as necessidades humanas.

Contudo, a psicologia ecológica permite-nos repensar a própria constituição do ambiente, entendido de modo comum e integrado com os outros seres vivos, como um elemento fundamental para novas possibilidades de vida para as comunidades humanas, especialmente no que diz respeito a participação dos outros animais não humanos no mesmo ambiente. Deste modo, é possível considerar uma alternativa de reintegração do homem, tendo como base um conceito mais integrativo de natureza circundante, como um caminho possível de reconexão com o planeta terra, ambiente compartilhado em diversas possibilidades de vida com os demais seres vivos.

Referências bibliográficas

- BONHOMMEAU, S. et al. Eating up the world's food web and the human trophic level. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. Tempe, 110, n. 51, 2013.
- CASTRO, T. G. D. Fenomenologia experimental em David Katz e James J. Gibson. *Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies*. XXII(1): 3-11, jan-jun, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v22n1/v22n1a02.pdf>
- FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS. *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo: fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición*. FAO Roma, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>
- GARCIA, A. V. Contribuições da abordagem ecológica no entendimento da relação ser Humano/Ambiente: os problemas de uma abordagem racionalista do conhecimento. *Clareira – Revista de Filosofia da Região Amazônica*. Volume 3, Número 1, Jan-Jul, 160-174, 2016.
- GIBSON, J. J. *The Perception of the visual world*. Cambridge: The Riverside Press, 1950.
- GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1979.
- GLOTZBACH, P.A. & HEFT, H. Ecological and phenomenological contributions to the psychology of perception. *Noûs* 16 (1):108-121, 1982.
- HAMLIN, D.W. The senses considered as perceptual systems by James J. Gibson. *The Philosophical Review*. Vol. 77, No. 3, 361-364, 1968.
- HEIDEGGER, M. *Conferências e Escritos Filosóficos*. Tradução de Ernildo Stein. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HEFT, H. *Ecological psychology in context: James Gibson, Roger Barker, and the legacy of William James*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2005.
- LEOPOLD, A. *Sand county almanac, and sketches here and there*. Oxford: Oxford University Press, 1949.
- MATURANA, H. *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, G. S. D. Ecological Psychology and the Environmental Promise of Affordances. *Cognitive Science*. Madison, p. 25-28, Julho 2018.
- ONU BRASIL. *Biodiversidade desaparece a velocidade mil vezes mais rápida por causa do homem, alerta ONU*. ONU Brasil, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/biodiversidade-desaparece-a-velocidade-mil-vezes-mais-rapida-por-causa-do-homem-alerta-onu/>

- EED, E. S. & JONES, R. *James J. Gibson and the psychology of perception*. New Haven: Yale University Press, 1988.
- ROLLA, G. *Cognição Perceptual e Racionalidade*. Pelotas: Ed. UFPel, 2018.
- WHITE JR, L. The Historical roots of our ecologic crisis. *Science*, v. 155, n. 3767, 1203-1207, 1967.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.